

BRASIL EM CRISE E O EMPREGO FORMAL NO SUDESTE

Ralfo Matos

Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, Belo Horizonte, MG, Brasil
ralfo@igc.ufmg.br

Rodrigo Nunes Ferreira

Universidade Federal de Minas Gerais, Pós-Graduação em Geografia, Belo Horizonte, MG, Brasil
rodrigonunesferreira@gmail.com

Recebido em: 19/06/16; Aceito em: 27/03/17

RESUMO:

O presente estudo investiga a evolução do emprego formal entre 2005 e 2015 no conjunto de municípios que compõe a região Sudeste, espaço que responde por mais de 50% do emprego e do PIB do Brasil. A análise combinada dos dados disponíveis no CAGED e na RAIS evidencia o encolhimento do mercado formal de trabalho em 2015, e de forma mais expressiva nos municípios de maior porte demográfico. Entretanto, a despeito da intensificação da crise econômica a partir de 2013, no período 2013-2015, centenas de outros municípios tradicionalmente mais frágeis economicamente não vivenciaram a severidade do impacto da crise no emprego, muitos deles localizados nas áreas setentrionais da região.

Palavras-chave: Mercado de Trabalho; Crise Econômica; Geografia Regional.

BRAZIL IN CRISIS AND EMPLOYMENT FORMAL IN SOUTHEAST REGION

Abstract:

This study investigates the evolution of formal employment between 2005 and 2015 in the municipalities of the Southeast, space which accounts for over 50% of employment and GDP of Brazil. The combined analysis of available data in CAGED and RAIS shows the contraction of the formal labor market in 2015 and more significantly in the municipalities of greater population size. However, despite the intensification of the economic crisis from 2013, in the period 2013-2015, several other economically weak municipalities have not experienced the severity of the impact of the crisis on jobs, many of them located in the northern areas of the region.

Keywords: Labor Market; Economic Crisis; Regional Geography.

INTRODUÇÃO

São muitas as implicações subjacentes às conexões entre economia e política em sociedades emergentes que convivem com regimes democráticos tardios. Tais articulações não são entretanto triviais, nem mesmo nos países centrais com longa experiência em economias de mercado fundada na democracia representativa. Diferentes estudiosos já discutiram as injunções recíprocas entre economia e política, reafirmando a assertiva de que toda economia é, antes de mais nada, economia política.

Economia não é ciência exata, a despeito de se valer de conceitos, técnicas e teorias. Desdobra-se no dia a dia de qualquer população em qualquer tempo e lugar e resulta da ação de forças sociais em disputa por fontes de riqueza e poder. Assim, parece evidente que o desempenho de uma economia nacional reverbere na dinâmica sociopolítica de qualquer país, porquanto a atividade econômica não é um jogo de soma zero, onde sempre quando alguém perde outro ganha na mesma proporção. As perdas podem atingir a todos e quem tem poder quase sempre intervém no curso da economia real ou age politicamente para defender seus interesses econômicos.

São muitas as interfaces entre economia e política em países capitalistas regulados por algum tipo de estado de direito e prática democrática. Foram vários os cientistas sociais de diferentes filiações teóricas que tentaram estabelecer nexos associativos entre a atividade econômica e o comportamento político de determinados grupos sociais. Servem de exemplo os textos clássicos de Shumpeter (1971), Offe (1984), Tocqueville (1987), Bobbio (1992), Hirschmann (1992), Dahl (1997) e Myrdal (1997).

Contudo, diante de tão distintas formas e sistemas de governo pode-se indagar em qual delas o Estado de Direito funciona melhor e a democracia de massas é praticada com mais eficácia, mais ou menos como propõe Robert Dahl na sua poliarquia (DAHL, 1997). Ou ainda, se a própria democracia de massas pode, com alguma frequência, fazer emergir situações em que prevalece a chamada tirania das majorias e com isso causar perturbações na ordem econômica, como temia Alex Tocqueville (TOCQUEVILLE, 1987)?

De todo o modo, crises econômicas podem influir no ânimo de empresários e trabalhadores, repercutir politicamente nas instituições e acarretar crises políticas. Da mesma forma, em circunstâncias mais específicas, uma crise política sem solução pode desencadear uma crise econômica, em face da generalização da rejeição ao governo instituído. O quadro de crise pode evoluir para cenários mais intrincados, nos quais política e economia se interpenetram tornando muito mais difícil a solução de gargalos iniciais da economia, aqueles que podem provocar tendências crescentes de inconformidade política. Nesses contextos, a má vontade da elite empresarial, que desconfia do governo e não investe, causa escassez de empregos, queda de receitas governamentais, insegurança das famílias, aumento dos conflitos sociais, mais instabilidade, o que só faz aumentar a complexidade da crise nacional.

Comumente, as crises recessivas no capitalismo se explicam pela combinação de fatores externos e fatores internos, mesmo que muitos agentes só tenham olhos para os fatores internos nos momentos de acirramento das disputas políticas. De outro lado, há segmentos que acusam o governo de ter expandido descontroladamente o gasto público, gerando com isso desconfiância generalizada e aumento da dívida pública. Esses são os setores que realçam os fatores internos como causa e explicação do quadro de crise econômica, a despeito da relevância dos fatores externos na trajetória descendente da economia mundial.

No Brasil atual, essa discussão ganhou relevância, em 2016, à época do processo de *impeachment* do governo Dilma Rousseff e instalação do governo Temer, quando aumentava o desemprego, a ponto de ameaçar conquistas resultantes de uma das mais bem sucedidas políticas públicas de inserção social posta em prática nos últimos 20 anos. Conquistas derivadas dos investimentos em programas de erradicação da pobreza, projetos de resgate da dívida social, com base em princípios de cidadania instituídos pela Constituição de 1988.

Os primeiros sinais inequívocos de queda dos níveis de emprego surgem em 2014, embora desde 2013 já houvesse evidências de perda de dinamismo da economia brasileira. As grandes manifestações de rua do mês de junho apontavam nessa direção, embora poucos analistas fizessem as associações de causa e efeito que ultrapassassem a questão do preço das passagens de ônibus e piora da infraestrutura urbana nas grandes cidades.

Nos dias de hoje, o aumento do desemprego é notícia diária na grande mídia, a ponto de suscitar a pergunta: essa pode ser a principal explicação para o sentimento de revolta de setores da classe média contra o governo? De todo o modo, essa é uma questão crucial, especialmente se vir combinada com a queda do PIB industrial, com o agravamento do quadro fiscal e piora da dívida pública, com a redução de investimentos privados e públicos, ou com o estancamento da queda da desigualdade de renda no país. Pois, a despeito das controvérsias sobre a sua mensuração (MEDEIROS et al., 2015), a desigualdade de renda medida pelo índice de Gini caiu sistematicamente durante toda a década de 2000, atingindo o índice de 0,527 em 2011, consequência direta da expansão do mercado de trabalho formal e da ampliação dos programas de transferência de renda no período (IPEA, 2012).

Diante da severidade da crise que o Brasil enfrenta na atualidade, esse estudo objetiva responder a seguinte questão: desde quando, onde e em que setores o desemprego tem se mostrado mais elevado, tomando como base a grande região Sudeste, a mais dinâmica do país? Essas respostas guardam associação com a crise política que o país vive na atualidade?

Os dados sobre os vínculos formais de trabalho (celetistas e estatutários) organizados pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), e disponibilizados no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), serão as principais fontes de dados em exame, na expectativa de que são capazes de emoldurar uma geografia econômica recente do mercado formal de trabalho, pouco conhecida e amplamente negligenciada pela grande mídia.

Mais especificamente, foi propósito dessas notas observar os pequenos municípios do Sudeste, correlacionando-os com os municípios de maior porte. Contribuições teóricas sobre o espaço, assumido como uma categoria relevante de análise, foram utilizadas como mediações capazes de explicar as variações mais significativas do emprego e das atividades econômicas. Enfim, trata-se de pensar o espaço como espaço social, não mero receptáculo de materialidades produtivas. Por último, convém examinar como têm reagido diante da crise atual as áreas de pobreza endêmica, e que foram alvo preferencial da política assistencial dos últimos governos, e as áreas mais capitalizadas, as que respondem pela maioria dos empregos de carteira assinada do Sudeste.

A CATEGORIA ESPAÇO EM DIÁLOGO COM A ECONOMIA

A influência do espaço na organização da atividade econômica foi objeto de elaborações teóricas de autores que sublinharam sua condição multidimensional, o que o torna detentor de força explicativa própria em diversos momentos históricos. Para tanto, é *mister* enxergar o espaço geográfico não apenas como espaço econômico abstrato, mas um campo de forças por onde atuam poderes territorializados que subordinam e organizam o espaço. Não é por outra razão que Claude Raffestin vincula tão incisivamente a atividade econômica com sua moldura espacial, porquanto os espaços econômicos são “superfícies nas quais recursos eram exploráveis (recursos agrícolas, por exemplo), o que significa que eram produtoras de energia alimentar em primeiro lugar e que, assim, podiam facilitar a concentração das populações” (RAFFESTIN, 1993, p. 197).

Ao longo do século XX vários geógrafos e economistas se debruçaram nessas relações e os nomes são muitos, a exemplo de Von Thünen, Vidal de La Blache, Carl Sauer, Alfred Weber, Walter Christaller e August Lösch. Com o passar do tempo, a reflexão concentrou-se nas mudanças qualitativas que o espaço social internalizou com a generalização das sociedades urbano-industriais. Com isso, ganhou relevância aspectos como o tamanho das localidades, as funções econômicas e os custos de acessibilidade embutidos na distribuição de bens e serviços. Nesse momento, o desafio era entender melhor as relações de trocas em um espaço diferenciado e crescentemente complexo. Novos autores deixaram outras formulações na elucidação das metamorfoses do espaço em países que viviam os impactos da modernização capitalista, a exemplo de David Harvey, Henri Lefebvre e Doreen Massey. A divisão territorial do trabalho e a valorização do espaço tornaram-se temas centrais de análise, uma vez que processos especificamente espaciais poderiam favorecer ou não o desenvolvimento econômico. O espaço tornou-se instrumento de poder, disputado por corporações, *locus* de disparidades territoriais. Daí a formulação de Milton Santos sobre as ‘formações sócio-espaciais’ como uma espécie de síntese histórica de processos econômicos, sociais e territoriais (SANTOS, 1978, p. 66).

O espaço social é, portanto, multidimensional, interdependente, resultante de dotação diferenciada de recursos naturais, infraestruturas, aparatos administrativos e sociopolíticos capazes de imputar-lhe uma condição de determinação. Surgiam frações espaciais que subordinavam outras e disseminam laços de dominação que se reproduzem como rugosidades ou enclaves de poder territorializado. Não raro, lugares ricos de história e cultura que transmitem economias do aprendizado e inovações tecnológicas (STORPER, 1994, p. 99), ou economias de aglomeração e de regionalização.

Longe de qualquer apologia aos localismos, trata-se de sublinhar o papel das centralidades no mundo contemporâneo (RAFESTIN, 1993, p. 197). Mais ou menos como teorizava Henri Lefebvre quando substanciava o processo de urbanização nas sociedades urbano-industriais: “a realidade urbana não se vincula só ao consumo, ao terciário, às redes de distribuição. Ela intervém na produção e nas relações de produção” (LEFEBVRE, 1999, p. 52). O essencial é que “a problemática urbana impõe-se à escala mundial”, a ponto de a realidade urbana modificar as relações de produção (LEFEBVRE, 1999, p. 26-27).

No Brasil dos últimos 60 anos, a urbanização ganhou complexidade e interiorizou-se por amplos espaços regionais. Reestruturou-se por redes de cidades muito diversificadas, das quais participam cidades médias que, em termos funcionais, se assemelham a metrópoles ao lado de centenas de pequenos municípios prósperos. Aliás, essas redes são as principais estruturas espaciais que dão suporte ao processo de desconcentração econômica e demográfica das últimas décadas. As reações à excessiva concentração dos anos de 1970 produziram dispersão econômica e demográfica. As deseconomias de aglomeração motivaram a fuga de pessoas e investimentos dos grandes centros urbanos e, com isso, as tendências de esvaziamento de áreas rurais previstas à época não se efetivaram. Diminuiu o ritmo de crescimento das maiores metrópoles e a urbanização interiorizou-se por extensos espaços geográficos.

A busca por proximidade em diversas atividades modernas influi na decisão locacional dos agentes econômicos, o que aumenta a importância das economias de urbanização. Com isso, o adensamento da rede urbana brasileira acelerou-se nas últimas décadas, ao lado da expansão dos meios de transporte e circulação, difusão espacial dos órgãos de gestão e administração pública e forte incremento dos serviços do alto e baixo terciário. A multiplicação de novos polos urbanos é a outra face da valorização do espaço. Tudo isso provocou uma significativa interiorização do mercado de trabalho, o que levou a uma expansão notável da oferta de empregos formais.

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO EMPREGO FORMAL NO BRASIL ATUAL

Um dos mais notáveis ganhos sociais da última década foi, sem dúvida, a maior formalização do mercado de trabalho. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2014, do universo de 98,1 milhões de ocupados com 16 ou mais anos de idade, os com carteira assinada e funcionários públicos representavam 46,9% daquele total, enquanto em 2004 esse percentual atingia 38,0% de um total de 88,6 milhões de ocupados (IBGE, 2015). Contudo, apesar do incremento dos ocupados no período, a participação dos trabalhadores com carteira assinada ainda era muito diferenciada regionalmente: no Norte e Nordeste, 34,8% e 33,7%, enquanto no Sudeste e Sul, 54,2% e 52,7%. Os dados do Censo Demográfico de 2010 mostram que a participação dos empregados formais com 16 anos ou mais de idade (carteira assinada e funcionalismo público) atingia apenas 41,1% dos ocupados dos municípios de até 50 mil habitantes, e 61,1% nos municípios com mais de 500 mil habitantes.

Porém, os dados sobre a evolução do emprego formal nas cinco grandes regiões do Brasil deixam evidente o declínio na oferta de novos postos de trabalho entre 2010 e 2015, a despeito de importantes variações regionais, já que enquanto no Nordeste, Centro Oeste e Norte, cerca da metade de seus municípios ainda exibiam saldos positivos em 2015, no Sul e Sudeste esse resultado reduziu-se, respectivamente, para 41% e 36% em 2015. Ou seja, ampliação do desemprego e da precarização do mercado de trabalho em mais da metade dos municípios.

A discriminação dos mesmos dados por classes de tamanho dos municípios indicou claramente que a queda do emprego formal foi maior nos maiores municípios, muito mais do que nos municípios de menor tamanho. Entre 2010 e 2015, verificou-se que quanto mais populoso era o

município maior a queda do emprego formal. Assim, nenhum município brasileiro com mais de 500 mil habitantes apresentou saldo positivo de emprego em 2015. O contraste com 2010, apenas cinco anos antes, é impressionante. Os líderes do processo de geração de novos empregos em 2005 e 2010 foram os municípios mais populosos, assim como foram eles os que mais sentiram a queda do emprego formal em 2015.

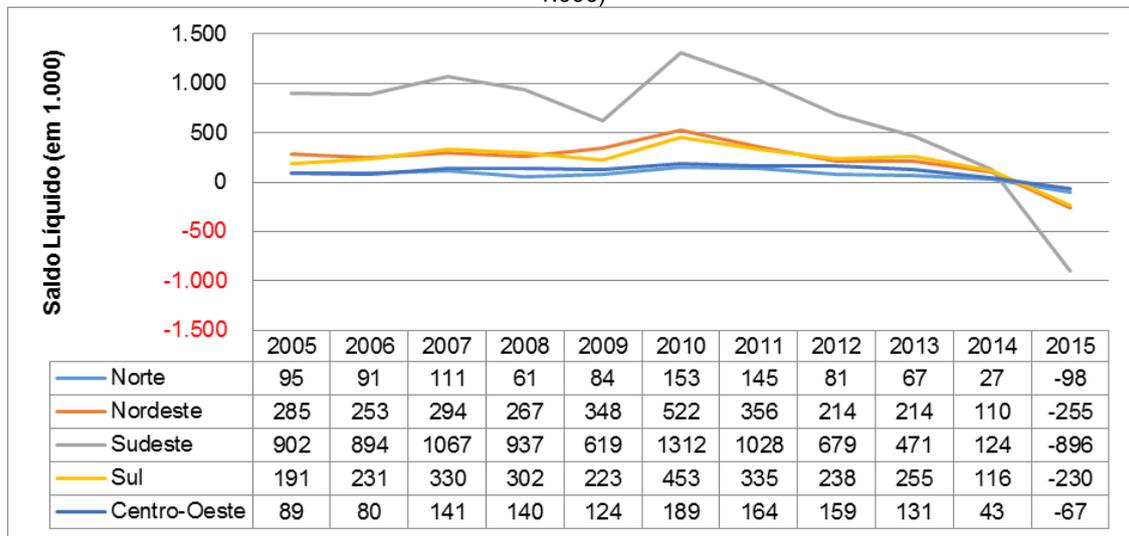
Assim, foram principalmente os maiores municípios das regiões Sul e Sudeste o *locus* onde a crise econômica e o desemprego mais deixou sequelas. Não causa surpresa constatar que exatamente nessas duas regiões, principalmente em suas maiores cidades, é que as mobilizações de jovens nas ruas e manifestações organizadas contra o Governo Dilma foram mais persistentes. Afinal, perto da metade do volume de emprego formal declarado no Brasil no período 2005-2015 foi gerado em municípios com mais de 500 mil habitantes.

Mesmo tendo em conta o ritmo de queda do emprego a partir de 2015, o estoque de empregos formais em 2014 girava em torno de 49,6 milhões, dos quais cerca de 22,4 milhões concentravam-se nos municípios com mais de 500 mil habitantes.

Diante dessas evidências, conviria indagar sobre quando afinal a dinâmica do emprego começou a alterar-se e onde isso tornou-se mais dramático. Os dados aqui analisados permitem retirar as seguintes conclusões: a) nas maiores cidades e nas cidades médias a queda na geração de empregos iniciou-se, ainda timidamente, em 2011. Após o auge de 2010 os saldos positivos foram sucessivamente menores a cada ano até 2015; b) já nas classes de menor tamanho o comportamento das curvas foi muito semelhante, nem picos nem quedas muito pronunciadas, a despeito da inflexão para baixo das curvas a partir de 2013 até exprimirem saldos negativos em 2015.

Destarte, os dados do CAGED de 2005-2015 por grandes regiões brasileiras (Figura 1) mostram como o ano de 2014 foi decisivo no Sudeste. Enquanto nas demais regiões a variação do emprego formal mostrou-se ainda positiva na maior parte do período, no Sudeste em 2010, ano de auge na geração de empregos, os números ultrapassaram o saldo de um milhão de empregos (1.312 mil), enquanto em 2015, em face da vertiginosa queda da atividade econômica o saldo ficou negativo (-896 mil).

Figura 1. Saldo líquido na geração de empregos formais, por grande região Brasil, 2005-2015 (em 1.000)



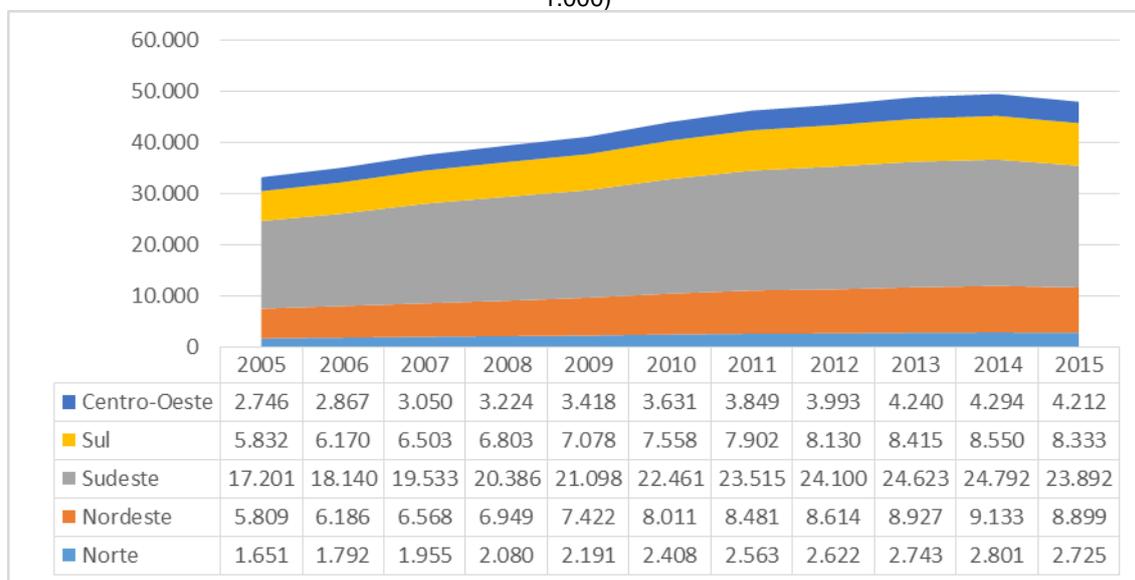
Fonte: CAGED/MTPS

Do ponto de vista da evolução do estoque de empregos, convém observar que, apesar de ter sido notável o crescimento do volume de empregos formais (49,1%) no período 2004-2014, a distribuição regional manteve-se pouco alterada. O Nordeste, por exemplo, ganhou 0,9 pontos percentuais (p.p.) enquanto o Sudeste perdeu 1,9 p.p. Já na distribuição por porte populacional os municípios de mais de 1 milhão de habitantes perderam 1,2 p.p. enquanto os com

população entre 100 a 500 mil ganharam 1,0 p.p. Embora 2014 seja um ano de colapso geral na dinâmica do mercado de trabalho, esses números confirmam a interiorização relativa do emprego no Brasil, reforçando conclusões da literatura sobre a desconcentração econômico-demográfica e a redistribuição do emprego no Brasil (REDWOOD, 1984; AZZONI, 1986; CANO, 1999; FARIA, 1983; MATOS, 1995; NEGRI, 1996; PACHECO, 1998; MATOS, 2000; MATOS e BAENINGER, 2001; SANTOS e SIVEIRA, 2001; FERREIRA e MATOS, 2005; IBGE, 2008; LOBO, 2009).

Por outro lado, o tamanho da economia do Sudeste pode ser visto na comparação com o resto do país com os dados da RAIS. Ao final de 2014, um ano crítico, havia cerca de 24,8 milhões de empregos formais na soma das regiões Nordeste, Sul, Centro Oeste e Norte, enquanto a outra metade dos empregos formais encontrava-se no Sudeste (24,7 milhões) conforme mostra a Figura 2. Em 2015, o Sudeste já vê diminuída essa participação para 23,9 milhões, o que representava 49,7% do volume de empregos do país.

Figura 2. Distribuição do volume de empregos formais por Grande Região, Brasil, 2005-2015 (em 1.000)



Fonte: RAIS/MTPS

Se a grande mídia alardeia a existência de algo como uma catástrofe econômica no Brasil dos últimos anos, convém verificar melhor essa assertiva tendo em vista os dados expostos até aqui. Há, enfim, uma geografia econômica que discrepa da obviedade das conclusões veiculadas diariamente na mídia brasileira. Um exame mais pormenorizado da região mais dinâmica do país, a região Sudeste, certamente ampliará a compreensão dessas questões.

A EVOLUÇÃO RECENTE DO EMPREGO FORMAL NO SUDESTE

De fato, a região Sudeste é de longe a mais dinâmica do Brasil. Reúne as maiores metrópoles e uma grande infraestrutura produtiva. Cerca da metade do que o país produz encontra-se no Sudeste, embora sua população tenha diminuído relativamente, situando-se atualmente em torno de 40% da população brasileira. Essa é também a região na qual se localizam as mais dinâmicas cidades médias do país, delineando uma rede urbana sofisticada e bem equipada. Nesse ambiente, os pequenos municípios são também relevantes porque respondem por milhões de empregos formais ao sediar atividades produtivas muito diversificadas. É de se esperar que neles haja maior disponibilidade de terras de menor preço, fator que pode incentivar o desenvolvimento da agropecuária, seja por conta de grandes fazendas responsáveis pela produção de *commodities*, seja por meio da agricultura de pequeno porte voltada à produção de alimentos para o abastecimento das cidades.

Assim sendo, resolveu-se reclassificar os municípios do Sudeste em três classes de tamanho demográfico: a) municípios de Grande Porte (os com população superior a 750.000 habitantes); b) municípios de Porte Intermediário (os com população inferior a 750.000 e superior a 50.000 habitantes); e c) municípios de Pequeno Porte (população inferior a 50.000 habitantes).

No tocante à dinâmica demográfica, a Tabela 1 mostra que os municípios mais populosos da região experimentaram no período 2000/2010 um crescimento relativamente baixo, mas ainda assim positivo. Os 9 municípios de grande porte cresceram a um ritmo de 0,73% a.a., enquanto os 128 municípios de porte intermediário cresceram à taxa de 1,38% a.a. e os 1429 pequenos municípios tiveram um crescimento de 1,04% a.a. Assim, os municípios de porte intermediários destacam-se ao exibir crescimento demográfico superior às médias do Brasil e do Sudeste. Diante desses números, cabe indagar sobre o que os pequenos municípios possuem de especial e quais são suas singularidades no Sudeste do ponto de vista do emprego?

Tabela 1. Classes de tamanho dos municípios do Sudeste, participação relativa e taxa de crescimento anual da população residente (%) entre 2000 e 2010.

Classes de tamanho e densidade	População Total				Taxa de Crescimento
	2000	%	2010	%	
Grande Porte	23.864.440	32,95	25.667.688	31,94	0,73
Porte Intermediário	32.107.355	44,33	36.824.864	45,82	1,38
Pequeno Porte	16.458.398	22,72	17.871.858	22,24	0,83
Total	72.430.193	100,00	80.364.410	100,00	1,04

Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010

Tudo indica que esses municípios – historicamente perdedores de população para as grandes cidades (DURHAM, 1973; LOPES, 1978; MARTINE, 1980; SINGER, 1988; GRAZIANO DA SILVA, 1996; BALSAN, 2006) – estariam experimentando uma certa reversão de tendência. É evidente que entre os pequenos municípios há aqueles de maior densidade demográfica, especialmente no caso dos localizados nas proximidades das Regiões Metropolitanas de São Paulo, Campinas, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Neles, o adensamento é consequência da expansão da dinâmica imobiliária do núcleo metropolitano central. Todavia, algo pouco óbvio deve estar ocorrendo em centenas de outros pequenos municípios, a ponto de vários deles estar reunindo estoques populacionais expressivos.

Se são municípios que perdiam população, particularmente entre 1920 e 1980, qual a expressão demográfica que ostentavam no último censo? Os mesmos dados da Tabela 1 indicam que os municípios de pequeno porte reuniam em 2010 mais de 17,8 milhões de habitantes, o que correspondia a cerca de 22,2% dos 80,4 milhões da população do Sudeste. Assim, embora os dados dos últimos 20 anos deixem evidente o aumento do protagonismo dos municípios de porte médio, não há como ignorar a importância dos pequenos municípios.

Uma série de questões se interpõem à reflexão diante dessas constatações. Afinal, se parece haver pequenos municípios relativamente atraentes demograficamente, qual é a importância que assumem do ponto de vista do emprego formal? Se isso é também verificável, quais são os setores econômicos que mais se destacam nessas centenas de municípios? São as atividades do setor primário ou as grandes plantas industriais que se dispersam pelo território que explicam boa parte da performance dos pequenos? Ademais, onde estão os municípios mais dinâmicos? Principalmente no estado de São Paulo (o mais desenvolvido da Federação) ou estão dispersos, distribuídos pelos quatro estados da região.

O EMPREGO FORMAL NOS PEQUENOS MUNICÍPIOS DO SUDESTE

Parte das indagações referidas acima pode ser respondida imediatamente com base nos dados da Tabela 2 subsequente. De fato, o estoque de empregos dos municípios do Sudeste manteve-se relativamente estável nos pequenos municípios. Em 2005, esses municípios respondiam por 14,3% do total do emprego formal da grande região, em 2010 esse número declinou ligeiramente (13,8%), mas em 2015 foi aos 14,4%. Ou seja, a importância relativa dos

1.429 municípios de pequeno porte (somados os de alta e baixa densidade) no emprego formal oscilou pouco entre 2005 e 2015, e até se expandiu ao se observar os dados no tocante ao estoque de empregos na agropecuária que reúne a pequena produção agrícola. Os estabelecimentos que empregavam até 19 pessoas não deixaram de expandir no período, de 221.183 ocupados em 2005 para 232.770 ocupados em 2015, enquanto nos estabelecimentos que empregavam 20 ou mais pessoas, a despeito do aumento também verificado, houve ligeiro declínio entre 2010 e 2015 (de 197.642 postos de trabalho para 196.076).

Em conjunto, os estabelecimentos da agropecuária respondiam por 16,6% do emprego formal dos pequenos municípios do Sudeste em 2005, declinando para cerca de 12% em 2010 e 2015. Esse declínio pode se explicar por razões associadas à distribuição intersetorial do emprego conforme se pode deduzir dos dados da Tabela 2. Afinal, há outros setores de atividade que empregam mais que a agropecuária no rol dos pequenos municípios e conviria verificar se a variação da participação desses setores aumentou a ponto de afetar a participação da agropecuária no período (note-se que a agropecuária dos pequenos municípios responde por mais de 63% do emprego nesse setor no conjunto de todos municípios do Sudeste). Enfim, os demais setores se expandiram em níveis tais que fizeram declinar a participação relativa da agropecuária? Entre 2005 e 2014 o emprego formal no Sudeste se expandiu fortemente, a uma taxa de 4,14% a.a., equivalente a quatro vezes a do crescimento demográfico, embora as duas subdivisões da agropecuária nesses dez anos, juntas, só tenham crescido à taxa de 0,48% a.a., inferior ao crescimento demográfico (1,04% a.a.).

Quatro setores de atividade empregavam mais que a agropecuária em 2014 nos 1.429 pequenos municípios do Sudeste: a Indústria de Transformação, a Administração Pública, os Serviços e o Comércio, nessa ordem. A Indústria de Transformação e o Comércio conviveram com taxas de crescimento superior à média do Sudeste entre 2005 e 2014 (4,68% a.a. e 6,13% a.a.), enquanto a Administração Pública e os Serviços, cresceram a taxas próximas da média regional (3,37% a.a. e 3,38% a.a., respectivamente). Essas taxas, tão superiores às taxas de crescimento da agropecuária, certamente explicam a redução de participação da agropecuária no período e apontam para mudanças relevantes que vinham ocorrendo no rol dos pequenos municípios. Já que à exceção dos Serviços (predominante nos grandes e médios municípios), os três outros setores – Indústria de Transformação, Administração Pública e Comércio – cresceram mais nos pequenos municípios que nas demais classes de tamanho de município, apesar do visível golpe que se abateu sobre a Indústria entre 2014 e 2015.

Como explicar a expansão setorial dessas atividades nos pequenos municípios? Embora diversos estabelecimentos que absorvem muitos trabalhadores na Indústria de Transformação permaneçam sediados em municípios de grande e médio porte demográfico, atraídos pela oferta de mão de obra – tais como os setores de Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios; Alimentação; Fabricação de Móveis; Manutenção, Reparação e Instalação de Máquinas e Equipamentos, e mesmo a Fabricação de Produtos de Metal, Exceto Máquinas e Equipamentos –, a indústria de transformação, por ser muito diversificada, permite que vários de seus subsetores experimentem a realocação espacial, atraídos por fatores locais imperiosos como a disponibilidade de terrenos para a expansão de grandes plantas industriais, sem perder de vista a disponibilidade de infraestrutura logística, acessível mesmo a partir dos pequenos municípios distantes de metrópoles. Diante do cenário de quase ubiquidade da oferta de infraestrutura de apoio à produção industrial em algumas áreas dinâmicas do Sudeste, muitas empresas optam por fugir de áreas de grande centralidade, onde o preço da terra e os custos de aglomeração são elevados. O crescimento do emprego industrial entre 2005/2010/2014 foi de fato muito expressivo nos pequenos municípios, a ponto de ultrapassar em 2014 o número de empregados na Administração Pública, e isso deve se explicar pela inexistência de graves cenários de crise econômica até 2014? Isso fica claro com os dados seguintes.

Tabela 2. Estoque de empregos formais declarados em 31 de dezembro dos anos de 2005, 2010 e 2015 segundo RAIS e classes de tamanho de municípios da região Sudeste

Principais Setores de Atividade	Anos	Classes de Tamanho Demográfico			Total
		Grande Porte	Porte Intermediário	Pequeno Porte	
Agropecuária - até 19 empregados	2015	6.498	104.022	232.770	343.290
	2014	6.910	105.621	230.109	342.640
	2010	7.401	106.951	225.034	339.386
	2005	6.641	108.256	221.183	336.080
Agropecuária - 20 ou mais empregados	2015	8.839	103.623	196.076	308.538
	2014	8.245	97.034	193.075	298.354
	2010	5.716	90.750	197.642	294.108
	2005	5.154	98.190	187.557	290.901
Extrativa Mineral	2015	15.208	80.802	42.608	138.618
	2014	18.625	87.478	43.709	149.812
	2010	14.954	72.652	35.058	122.664
	2005	6.439	52.399	30.638	89.476
Indústria de Transformação	2015	993.207	2.036.147	796.274	3.825.628
	2014	1.117.675	2.217.174	840.980	4.175.829
	2010	1.172.604	2.195.165	771.467	4.139.236
	2005	978.211	1.704.887	563.237	3.246.335
Serviços Industriais de Utilidade Pública	2015	109.564	97.629	15.830	223.023
	2014	113.671	97.207	16.265	227.143
	2010	113.317	77.719	14.220	205.256
	2005	99.793	61.969	14.933	176.695
Construção Civil	2015	603.247	517.685	104.271	1.225.203
	2014	676.793	598.774	108.709	1.384.276
	2010	576.677	558.861	91.591	1.227.129
	2005	313.889	307.191	50.650	671.730
Comércio	2015	1.825.948	2.327.179	646.742	4.799.869
	2014	1.896.042	2.385.187	646.315	4.927.544
	2010	1.753.477	2.080.731	529.151	4.363.359
	2005	1.323.010	1.520.350	375.671	3.219.031
Serviços	2015	5.074.039	3.836.537	669.704	9.580.280
	2014	5.203.381	3.869.440	666.542	9.739.363
	2010	4.496.467	3.292.322	565.935	8.354.724
	2005	3.274.716	2.402.931	478.366	6.156.013
Administração Pública	2015	1.659.068	1.055.277	733.394	3.447.739
	2014	1.762.938	1.056.034	728.531	3.547.503
	2010	1.804.012	951.102	660.023	3.415.137
	2005	1.653.886	823.654	537.651	3.015.191
TOTAL	2015	10.295.618	10.158.901	3.437.669	23.892.188
	2014	10.804.280	10.513.949	3.474.235	24.792.464
	2010	9.944.625	9.426.253	3.090.121	22.460.999
	2005	7.661.739	7.079.827	2.459.886	17.201.452

Fonte: RAIS/MTPS

A Administração Pública tem um estoque elevado de empregos formais por força da quantidade municípios (1.429). Daí não conviver com um ritmo tão elevado de crescimento em 9 anos quanto os outros três setores. São muitos os postos de trabalho no executivo, legislativo e judiciário de âmbito local e regional, a exemplo dos que agregam funcionários da polícia (Segurança e Ordem Pública), defesa, fiscalização, previdência social e bancos oficiais.

Já os setores do Comércio e dos Serviços, juntos, cresceram acima da média regional, e chegaram em 2014 a responder por cerca de 1.312.857 postos de trabalho, o que significa um incremento de 458.820 novos empregos em nove anos (em 2015 esse ritmo de crescimento reduz significativamente). Esses dois setores são notoriamente orientados pela expansão da urbanização, das comunicações e do resto da economia. As atividades comerciais que mais empregam (o Comércio Varejista e secundariamente o Comércio Atacadista) têm perfil claramente urbano e requerem a proximidade de consumidores e trabalhadores. Do mesmo modo, os Serviços reúnem vários subsetores fortemente orientados pela proximidade com os mercados de consumo e de trabalho típicos das cidades dos municípios de grande e médio porte – dos seis maiores empregadores (Atividades de Atenção à Saúde Humana; Transporte Terrestre; Serviços para Edifícios e Atividades Paisagísticas; Serviços de Escritório, de Apoio Administrativo e Outros Serviços Prestados às Empresas; Alimentação) apenas o Transporte Terrestre possui localização mais dispersa territorialmente. A despeito de a maior parte desses empregos serem de baixa remuneração e ocupar trabalhadores pouco qualificados, ainda assim, por se tratar de empregos formais numerosos, são muitos os efeitos multiplicadores que desencadeiam nas economias locais.

Diante do quadro mais geral de evolução do estoque de empregos formais, resta averiguar como se deu o fluxo de variação anual do emprego nos 1.429 pequenos municípios, mas concentrando as atenções sobre os cinco setores econômicos mais relevantes em termos de emprego formal (Agropecuária, Indústria de Transformação, Administração Pública, Comércio e Serviços). Nesse caso, os dados do CAGED são imprescindíveis.

As curvas do Gráfico 3 representam bem a oscilação desses setores. A primeira conclusão indica que as atividades que se mantiveram relativamente mais estáveis nos dez anos entre 2005 e 2015 do ponto de vista dos saldos anuais do emprego formal foram principalmente a Administração Pública e a Agropecuária de menor porte. Ambas mantiveram saldos líquidos ligeiramente positivos no período e praticamente nulos em 2015.

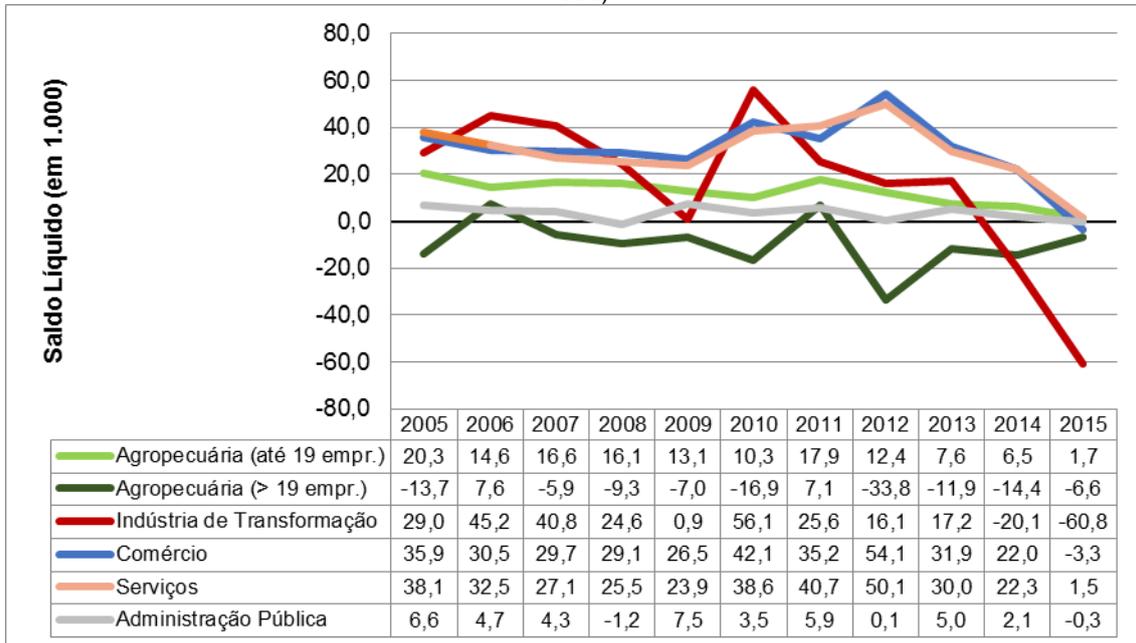
A agropecuária de pequeno porte chegou a exibir um saldo positivo de quase 20 mil novos empregos em 2011, embora esses números tenham declinado a partir daí, até praticamente se anularem em 2015. Já a agropecuária de maior porte oscilou negativamente na maior parte do período, à exceção dos anos de 2006 e 2011, quando chegou a exibir saldos líquidos positivos.

Dois setores que tiveram uma trajetória de geração de empregos muito semelhante foram o Comércio e os Serviços. Ambos retratam curvas claramente positivas no período, com o ápice em 2012, e um declínio contínuo a partir daí até 2015. Essa inflexão pode associar-se com o próprio desempenho da Indústria de Transformação, que no período também atinge seu limite de expansão via políticas de ampliação do consumo.

De fato, o saldo de empregos gerados pela Indústria de Transformação mostrou oscilações muito significativas no período. Entre 2007/2009 houve um declínio da curva (variando de um saldo perto de 40 mil empregos para zero em 2009), provavelmente em decorrência dos reflexos da crise internacional no Brasil.

Contudo, entre 2009 e 2010 o saldo foi fortemente positivo chegando a quase 60 mil empregos, embora a partir daí a queda do saldo tenha se mostrado contínua e vertiginosa, especialmente entre 2013 e 2015 quando esse balanço negativo chegou a 60 mil desempregados. Verifica-se assim que a trajetória errática da curva do emprego na indústria guarda relação de proximidade com as curvas de emprego do Comércio e dos Serviços, como indica a Figura 3.

Figura 3. Evolução do saldo líquido de empregos formais por setores econômicos selecionados nos pequenos municípios do Sudeste entre 2005 e 2015 (em 1.000)



Fonte: CAGED/MTPS

Por último, conviria verificar geograficamente onde no Sudeste a atividade econômica mais oscilou no período em termos de saldo líquido do emprego formal. Note-se que os estados de São Paulo e Minas Gerais contam com muitos municípios mais ou menos prósperos e o Rio de Janeiro e Espírito Santo experimentaram dinamismo econômico em decorrência da expansão da exploração de petróleo na bacia de Campos, além dos impactos, principalmente no primeiro, decorrentes dos empreendimentos e serviços relacionados à realização de eventos esportivos de grande vulto no período.

A figura 4 expõe essa questão ao trazer o Índice de Impacto do Saldo líquido de empregos formais acumulados entre 2013 e 2015 (dados do CAGED) sobre o estoque de empregos verificados ao final do ano de 2012 (dados da RAIS), um ano antes das grandes manifestações de inconformidades em dezenas de cidades do Sudeste. Procurou-se evitar resultados muito próximos de zero, de modo a separar os impactos mais claramente positivos ou negativos, por isso as variações de até 1p.p., positivo ou negativo, foram agrupadas em uma única classe.

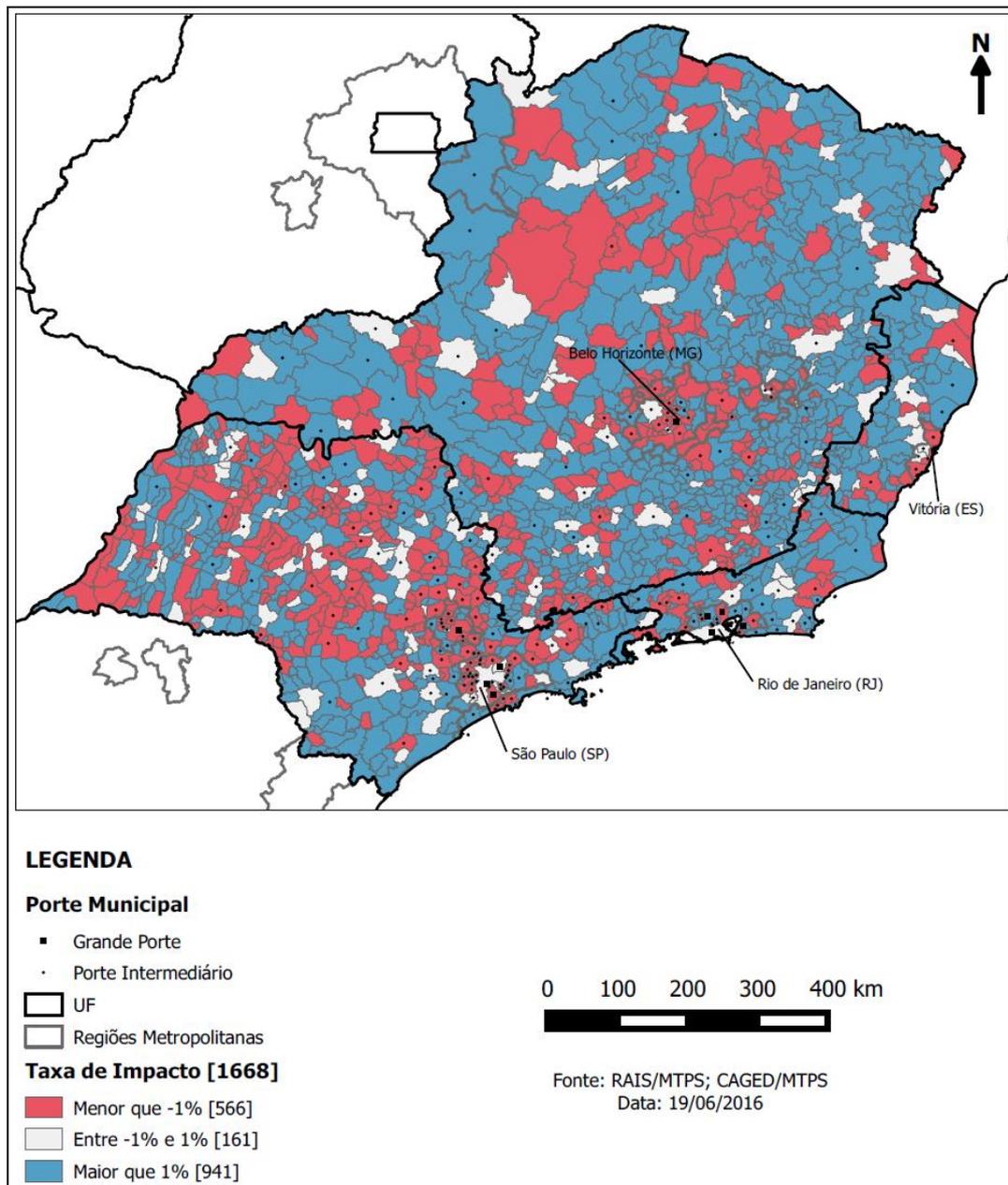
O principal resultado indica que as localidades mais impactadas pela variação do emprego formal (taxas de impacto negativas) foram os municípios mais dinâmicos da região. Particularmente os que orbitam em torno das quatro capitais (Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro e São Paulo) e os localizados no interior paulista, a maioria deles vizinhos do gasoduto Brasil-Bolívia e do eixo multimodal demarcado pelas rodovias SP-300, SP-310, SP-320 e hidrovía Tietê-Paraná (liberada em 2015 para o escoamento de grãos e celulose).

O contraste dos municípios do Estado de São Paulo com o resto do Sudeste surpreende, apenas 47,6% deles registraram resultado positivo na geração de empregos formais entre 2013 e 2015. Os numerosos municípios mais impactados negativamente foram aqueles onde predominam atividades modernas de maior coeficiente de capital agregado, boa parte delas aglutinando grandes estabelecimentos produtores de *commodities* e/ou de plantas industriais operando em largas escalas.

O contraponto com Minas Gerais é notável, porquanto a despeito de Minas contar com mais municípios, inclusive de maior tamanho territorial, a Figura 4 indica a predominância de municípios sem impactos negativos. Em Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro predominam os municípios com resultado positivo no período, respectivamente, 61,5%, 62,8% e 65,2%. Contrariamente a São Paulo, nesses Estados os impactos do encolhimento do mercado formal de trabalho foram menores no período em que a crise econômica começou a

agravar-se (a partir de 2013), à exceção dos municípios periféricos das grandes cidades, que devem ter se ressentido da redução da capacidade de compra de milhões de residentes nas grandes metrópoles. A hipótese de que o impedimento da presidente Dilma Rousseff é parte de uma reação “de setores mais capitalizados” da elite brasileira ganha suporte nos dados aqui examinados.

Figura 4. Taxa de impacto do saldo líquido da geração de empregos formais (admissões menos demissões) entre 2013 e 2015 sobre o estoque de empregos formais acumulados até 2012, municípios da região Sudeste.



Finalmente, convém ressaltar que, a julgar pelas informações divulgadas na mídia e por artigos recentes sobre a crise econômica e política que o Brasil vive, há um desconhecimento generalizado sobre a geografia econômica do emprego e dos setores produtivos em centenas de municípios que respondem por frações significativas do Produto Interno Bruto brasileiro. Abrigam milhões de brasileiros, que diante do aumento do desemprego reagem com

manifestações difusas de inconformismo, às quais deram suporte a boa parte dos movimentos “pré-*impeachment*” de segmentos da elite econômica e política na atualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A distribuição do emprego formal no espaço brasileiro variou significativamente no período 2005-2015 e isso provavelmente influenciou na exaltação dos ânimos políticos de um expressivo contingente de pessoas que foram às ruas nos últimos anos em manifestações difusas, boa parte delas crescentemente contra o Governo Dilma Rousseff. Os dados do CAGED cotejados com a variação dos estoques de empregos registrados na RAIS permitiram concluir nessa direção, sobretudo se vistos em mapa por meio da Taxa de Impacto das variações do emprego entre 2013 e 2015 sobre o estoque de 2012.

A relevância do espaço social na economia de regiões urbanizadas já foi demonstrada por vários autores, inclusive porque muitas atividades produtivas dependentes de custos de localização espacial estão atreladas ao capitalismo mundial há bastante tempo. Daí a difusão quase imediata de crises econômicas em áreas aparentemente remotas, que passam a viver a oscilação do emprego e a estagnação de investimentos, principalmente em segmentos mais capitalizados e integrados aos circuitos globais da produção de riquezas, como se ocorrer em centenas de municípios do interior paulista, ou em áreas urbanas modernizadas, que dependem de atividades comerciais e de serviços em expansão. A retração do ciclo econômico acaba atingindo primeiro essas áreas, geralmente mais densas de infraestruturas e vascularizadas por amplas cadeias de produção e consumo.

Os dados mostraram o encolhimento do mercado formal de trabalho, sobretudo a partir de 2013, quando até os pequenos municípios do Sudeste foram atingidos pela forte queda do emprego formal. Entretanto, essa crise não gerou saldos negativos de emprego em boa parte dos pequenos municípios das áreas setentrionais da região, onde são mais numerosos os programas assistenciais e de transferência de renda e projetos de apoio à agricultura familiar e de expansão de infraestrutura social.

Assim, uma peculiar geografia econômica do emprego e das atividades produtivas da mais dinâmica região brasileira aflorou nesse estudo. Os dados indicam que municípios próximos dos maiores centros urbanos do Sudeste e centenas de outros do eixo leste-oeste do interior paulista (mais capitalizados e prósperos) foram os mais impactados pelo aguçamento da crise econômica e política. Nesses últimos, é particularmente notável a presença da Indústria de Transformação e da Agropecuária de maior porte – onde coexistem o setor sucroalcooleiro, a produção de grãos e demais commodities, além de indústrias de grande porte. Nessas áreas o desemprego se mostra mais severo e pode ter despertado sentimentos de inconformidade que tomaram rumos geopolíticos de rejeição concertada ao governo democraticamente instituído.

REFERÊNCIAS

- AZZONI, C.R. **Indústria e reversão da polarização no Brasil**. São Paulo: IPE/USP, 1986.
- BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo - Território**, Uberlândia, v. 123-151, 2006.
- BOBBIO, N. **O Futuro da Democracia**. Uma Defesa das Regras do Jogo. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1992
- CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil**. São Paulo: Ouidor, Unicamp, 1999.
- DAHL, R. **Poliarquia**. São Paulo: Edusp, 1997.
- DURHAM, E. **A caminho da cidade**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1973.

- FARIA, V. Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos. In: SORJ, B.; ALMEIDA, M.H. (org.). **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p.118-163.
- FERREIRA, R. N.; MATOS, R. A dinâmica do emprego formal no Brasil da década de 1990 e as tendências de reestruturação territorial. In: XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ANPUR, **Anais...** Salvador: ANPUR, 2005.
- GRAZIANO DA SILVA, J. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. KAGEYAMA, Angela; SILVA, JG da. **A dinâmica da agricultura brasileira: do complexo rural aos complexos agroindustriais**. Campinas: UNICAMP, 1996. p.1-40.
- HIRSCHMAN, A. **A retórica da intransigência**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades: 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2015**. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **A Década Inclusiva (2001-2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda**. Comunicado nº 155. IPEA: Brasília, 2012.
- LEFEBVRE, H. “A revolução urbana”. UFMG/Humanitas: Belo Horizonte, 1999
- LOBO, C.F.F. **Dispersão Espacial da População nas Regiões de Influência das Principais Metrôpoles Brasileiras**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.
- LOPES, J.R. **Desenvolvimento e mudança social**; formação da sociedade urbano-industrial no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- MARTINE, G. Adaptação de migrantes ou sobrevivência dos mais fortes? In: MOURA, A.M. (ed.) **Migração interna**; textos selecionados. Fortaleza, BDN: 1980.
- MATOS, R. Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. São Paulo, v. 13, p. 35-58, 1995.
- MATOS, R; BAENINGER, R. Migration and Urbanization in Brazil: Processes of Spatial Concentration and Deconcentration and the Recent Debate. In: XXIV General Population Conference, 2001. **Anais...** ANPUR: Salvador, 2001.
- MEDEIROS, M., SOUZA, P.H.G.F. e CASTRO, F. A. O topo da distribuição de renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 58, no 1, 2015, pp. 7 a 36.
- MYRDAL, G. **Aspectos políticos da teoria econômica**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- OFFE, C. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- REDWOOD, J. Reversion de polarización, ciudades secundarias y eficiencia en el desarrollo nacional: una vision teorica aplicada al Brasil contemporáneo. **Revista latinoamericana de estudios urbanos regionales**, Santiago, v. 11, n.32, dez. 1984.
- SANTOS, M.; SIVEIRA, M.L. **O Brasil**; território e sociedade do início do século XXI. Record: Rio de Janeiro. 2001.
- SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.
- SCHUMPETER, T. **Capitalismo, socialismo y democracia**. Madrid: Aguillar, 1971.
- SINGER, P. **Dinâmica populacional e desenvolvimento**. São Paulo: Hucitec, 1988.

STORPER, M. Territorialização numa economia global: possibilidades de desenvolvimento tecnológico, comercial e regional em economias subdesenvolvidas. In: Lavinhas, L.; Carleial, L. e Nabuco, M.R. (org.) **Integração, Região e Regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.1994.

TOCQUEVILLE, A. **A Democracia na América**. São Paulo: Editora da USP, 1987.